



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO, A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS CURSOS DE JORNALISMO DE IES

Andréia T. Couto¹

RESUMO: Este artigo apresenta algumas discussões acerca do universo estudantil de jornalismo em universidades privadas em Campinas, São Paulo, inseridas no debate acerca das políticas públicas para a educação, a crescente privatização do ensino, principalmente do terceiro grau, e como se situam os cursos de jornalismo em IES diante desse quadro. Nesse cenário, são feitas algumas considerações a respeito das alternativas possíveis que poderiam ser apresentadas pelas políticas públicas e as alternativas que têm diante de si os futuros jornalistas em relação à sua formação nesse cenário e como elas interferirão na sua profissão. O trabalho é conduzido à luz de reflexões teóricas que investigam os temas comunicação e políticas públicas para o setor de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: *Jornalismo; Políticas Públicas; Ensino Superior; Privatização do Ensino.*

¹ Graduada em Letras e Jornalismo, Mestre em Jornalismo e Doutora pela Unicamp – Planejamento e Desenvolvimento Sustentável, integrante do grupo de pesquisa Alterjor - Grupo de Pesquisa de Jornalismo Popular e Alternativo – (USP) e docente em curso de Jornalismo. E-mail: atcouthotmail.com.

Introdução

O presente trabalho aborda algumas considerações iniciais a partir de análises preliminares de uma pesquisa que vem sendo realizada desde o primeiro semestre de 2010 entre estudantes de jornalismo de universidades privadas na cidade de Campinas, São Paulo. O trabalho tem como uma de suas bases o trabalho de campo articulado a uma reflexão teórica pautada em eixos temáticos como comunicação e cidadania; políticas públicas para comunicação; leitura; tempo; lazer e TV. Discussões preliminares acerca desse assunto foram levantadas em artigos anteriores (COUTO 2010; 2011).

Nesse momento da investigação são abordadas as políticas públicas para a educação, especialmente para o ensino do terceiro grau. São aqui incluídas algumas discussões acerca do PNE - Plano nacional de Educação - e como o governo tem se posicionado diante das políticas públicas para as universidades, a crescente privatização do ensino, a proliferação de Instituições de Ensino Superior e como está posicionado o curso de jornalismo nesse contexto.

Dando continuidade à pesquisa, a questão abordada aqui se refere principalmente à questão das políticas públicas para o ensino de terceiro grau, e como isso impacta especificamente os cursos de comunicação.

A discussão é conduzida à luz de reflexões teóricas que partem da contextualização do papel do Estado na sociedade moderna, este inserido nos jogos do poder cada vez mais evidentes do liberalismo.

O debate sobre a derrocada da educação brasileira é composto a partir da visão de um todo da sociedade, no que se refere às redes sociais, aos laços comunitários, ao comprometimento da coletividade com os seus “ideais”. Esse todo é visto em contraposição a uma sociedade que se apresenta cada vez mais fluida, móvel e escorregadia, nas palavras de Bauman (2000). O Estado busca paulatinamente retirar, da sociedade moderna, conquistas conseguidas por meio de lutas históricas, através de um enfrentamento e de uma usurpação de direitos dos cidadãos. Seu afastamento constante de setores essenciais, como o da educação, mostra como essa nova ordem aposta no “desengajamento”:

Para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas. Qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Os poderes globais se inclinam a dismantelar tais redes em proveito de sua contínua e crescente fluidez, principal fonte de sua força e garantia de sua invencibilidade (p. 21-22).

A pesquisa insere-se no contexto da mundialização,² uma vez que a questão em tela encontra-se profundamente enraizada no desenvolvimento da sociedade que se reflete hoje através de condutas cada vez mais liberais, marcadas pelo afastamento do Estado e sua substituição pela iniciativa privada.

As Políticas Públicas para Educação do Terceiro Grau

Ao aborda-se a questão “políticas públicas para a educação”, toca-se, necessariamente no velho jargão de que o Estado é responsável pela educação - gratuita e de qualidade - para o seu povo. Qualquer cidadão brasileiro comum hoje sabe exatamente o que isso significa e talvez exatamente por isso, tenha também bem claro o constante e crescente afastamento do Estado em relação à educação. Não somente a esse setor, mas é sobre ele a abordagem deste trabalho.

Para iniciar a reflexão sobre o papel do Estado no Ensino, iniciamos por algumas reflexões a partir dos trabalhos de Gramsci, que, por sua vez, analisou a questão da dominação ideológica nos países industriais pelo aparato cultural. Este seria o responsável por disseminar os ideais comuns dessa sociedade e promover o consenso entre seus membros através da reprodução e distribuição dos sistemas dominantes de crenças e atitudes.

A partir dessa análise, a escola de Frankfurt agregou a reflexão sobre o aparato tecnológico no sentido de reproduzir a cultura dominante e garantir a organização sócio-econômica preestabelecida. Podemos ainda associar essas reflexões aos trabalhos de Bourdieu (1999), para quem

a sociedade dominante não apenas distribui materiais e mercadorias como também reproduz e distribui capital cultural, isto é, aqueles sistemas de significados, gostos, disposições, atitudes e normas que são direta e indiretamente definidos pela sociedade dominante como socialmente legítimos.

² A respeito do conceito de mundialização, ver Ortis, 1994.

Assim sendo, de acordo com Giroux (1997), é a partir desta perspectiva que “a reprodução de uma sociedade está intimamente ligada à produção e distribuição de suas mensagens culturais. Como tal, o aparato cultural para reproduzir a cultura dominante e comunicá-la ao público torna-se uma questão política importante” (p. 113).

Pela perspectiva de Gramsci (1982), o foco de dominação nos países industriais desenvolvidos do ocidente transferiu-se da confiança na força (polícia, exército etc.) para o uso de um aparato cultural que promove o consenso através da reprodução e distribuição dos sistemas dominantes de crenças e atitudes. Gramsci chamou esta forma de controle de hegemonia ideológica, uma forma de controle que não apenas manipulava a consciência como também saturava as rotinas e práticas diárias que guiavam o comportamento cotidiano. A escola de Frankfurt aprofundou muito esta análise e apontou para o desenvolvimento crescente da tecnologia para reproduzir a cultura dominante e manter a organização sócio-econômica existente. Mais recentemente, o trabalho de Pierre Bourdieu e Basil Bernstein demonstrou que a sociedade dominante não apenas distribui materiais e mercadorias como também reproduz e distribui capital cultural, isto é, aqueles sistemas de significados, gostos, disposições, atitudes e normas que são direta e indiretamente definidos pela sociedade dominante como socialmente legítimos.³ A partir desta perspectiva, a reprodução de uma sociedade está intimamente ligada à produção e distribuição de suas mensagens culturais. Como tal, o aparato cultural para reproduzir a cultura dominante e comunicá-la ao público torna-se uma questão política importante (p. 113).

4

Pensando dessa forma, podemos afirmar que a desigualdade que aguarda os alunos em foco no ensino superior é fruto de uma situação excludente que tem suas raízes historicamente muito antigas, através de mecanismos sócio-econômicos que os afasta continuamente dos meios privilegiados do capital cultural (COUTO, 2011).

A opção pelo modelo escolar passa por questões ideológicas, que pressupõem a formação profissionalizante como alienada e voltada a satisfazer as necessidades da sociedade capitalista, sendo assim, os cursos técnicos, não “intelectualizados”, estariam voltados, automaticamente, a uma condução alienada do trabalho e do trabalhador.

³ Dreitzel, "Political Meaning of Culture", p.88.

O modelo da escola única,⁴ na qual todos teriam um tipo de formação igualitário - hoje sabemos que, devido ao afastamento do Estado, não há nada menos igualitário do que a escola única, o tipo de escola chamada

humanista, destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização (GRAMSCI, 1982, p. 117).

A crítica ao trabalho profissionalizante é colocada como estando este em confronto à liberdade criadora - intelectual - do indivíduo, uma vez que essa formação profissionalizante estaria voltada para preencher os quadros comandados pela sociedade burguesa. Pensar hoje nos termos de uma massa formada - e conformada - por instituições dominadas pela burguesia, que estabelecem suas metas determinadas previamente pelo mercado é cair no discurso vazio, uma vez que hoje, não só não há a formação única humanista, destinada a uma formação escolar unívoca e de qualidade para todos, como o discurso ideológico se esvazia diante das condições de afastamento do Estado e da inserção da privatização.

5

No entanto, uma nova possibilidade se abre quando se pensa na formação dos trabalhadores a partir de uma formação mais ampla, com um sentido libertador, com a possibilidade de despertar sua reflexão e senso crítico por intermédio de seu trabalho e com sua participação (CARNEIRO, 2004, p. 6).

Em um texto clássico Bourdieu (1999), cuja formação contou com inestimáveis trabalhos de observação empírica, fala da importância de se observar os problemas *in loco*, buscar nos lugares as explicações para situações inexplicáveis. Em *A demissão do Estado*, Bourdieu coloca justamente que, uma vez observadas as realidades onde elas se encontram, ainda assim não basta tirar dali as explicações que, a princípio, saltariam aos olhos. Pois a “verdade” não reside ali, exatamente ali, nos “subúrbios difíceis”:

O verdadeiro objeto de análise que deve ser construído contra as aparências e contra todos os que se contentam em ratificá-las, é a construção social (ou, mais precisamente política) da realidade deixada à intuição e das representações - principalmente

⁴ O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo (Gramsci, op. cit., p. 118).

jornalísticas, burocráticas e políticas - de tal realidade que contribuem para produzir efeitos bem reais, antes de tudo, no universo político no qual elas estruturam a discussão, e até no universo científico (p. 215).

A realidade demarcada pela observação constante leva à interpretação de uma determinada realidade social, de uma opção política para a condução de certos setores. No caso aqui abordado, o do ensino do terceiro grau, como essa “construção social ou política” - ou “opção política”, para certos setores públicos - vem interferindo no assunto aqui tratado.

As críticas ao “estado da arte” em que se encontra a educação são unânimes e mesmo essa discussão já caiu no lugar comum. Qualquer professor que tenha passado pelo ensino de terceiro grau em instituições privadas vai falar a língua comum da situação crítica em que se encontra esse quadro. Ao mesmo tempo, esses mesmos professores que observam tal condição sabem muito bem não ser ali, no espaço da sala de aula, necessariamente, e nos resultados de provas e trabalhos, que têm que medir o desempenho e verificar onde alunos e professores “erraram”. Com o que se defrontam na sala de aula é consequência do que vem acontecendo no amplo espaço das decisões políticas equivocadas ao longo de décadas. Palavras escritas há décadas e proferidas para uma outra realidade, Bourdieu parece nos falar hoje da nossa própria experiência:

[O] desvio provocado pelo Estado e suas decisões políticas é indispensável para compreender o que, atualmente, se observa no “campo”, isto é, a situação precária em que se encontram os “trabalhadores da área social”, investidos pelo Estado (ou municipalidades) para garantir os mais elementares serviços públicos, principalmente em matéria de educação e saúde, às populações menos desfavorecidas (...), deixados cada vez mais e abandono pelo Estado (p. 219).

Bourdieu, nesse artigo, trata justamente da precariedade com que a população das camadas populares é tratada pelo Estado em termos de educação e nesse sentido, falamos do mesmo público, uma vez que sua realidade social paradoxalmente lhes permite frequentar somente cursos superiores pagos, mas de fácil acesso, e qualidade inferior. São exatamente esses alunos que refletem a precariedade do Estado em relação à Educação. Talvez sejam justamente esses alunos e sua realidade escolar - vale dizer, seu desempenho - que melhor nos faz perceber as contradições de um Estado que vem periodicamente ao público destacar os “avanços na área escolar, diminuição da evasão

escolar e, a pérola do marketing estatal da moderna educação brasileira, o PROUNI⁵ e o FIES”.⁶

Abandonados socialmente pelo Estado, mal formados por uma escola pública que não lhes deu as ferramentas mais básicas para o confronto com o mercado de trabalho; sem opções de cursos técnicos e profissionalizantes, que seriam muitas vezes condizentes com suas aptidões e vontades mais imediatas; envolvidos por uma sociedade globalizada de consumo fácil e acessível de marcas desejadas e falsificadas, muitos jovens das camadas populares orientam-se pela única via de acesso que se lhes apresenta: o ensino superior em instituições privadas. Muitos vão pelo fácil acesso, sem o esforço da seleção, de tornarem-se advogados, farmacêuticos, jornalistas. As mensalidades, muitas vezes pesadas para o seu orçamento, podem ser contornadas pelas prováveis bolsas de estudo ofertadas. As condições para que sua formação seja concretizada, no decorrer do curso escolhido, não são levadas em conta nesse momento. Não raro se frustram com o que encontram: aquilo que imaginavam está distante, cercado por teorias inacessíveis e discursos incompreensíveis.

O crescente afastamento do Estado em suas obrigações básicas é proporcional ao envolvimento cada vez maior do setor privado onde aquele deveria atuar. A sociedade cede espaço cada vez mais para que “outrem assumam obrigações antes delegadas ao

7

⁵ O PROUNI é um programa do Governo Federal criado para estudantes menos privilegiados na [sociedade](#), tem como principal objetivo a doação de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de ensino superior em instituições particulares. Criado em 2004, as bolsas do PROUNI ajudam tanto o aluno quanto à instituição conveniada, e esse auxílio às instituições é fornecido por meio de isenção de algumas taxas. O Programa Universidade para Todos é direcionado para os alunos que estão cursando ou concluíram o terceiro ano do Ensino Médio em escolas públicas e bolsistas de escolas particulares que tenham a [renda](#) familiar de até 3 salários mínimos (R\$1.530,00). Por intermédio da prova do [ENEM](#) (Exame Nacional do Ensino Médio) os estudantes são avaliados e selecionados conforme o seu [desempenho](#) (<http://govbrasil.com/prouni-programa-universidade-para-todos>).

⁶ O FIES, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação – MEC. O FIES foi criado pela MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99. A CAIXA é administradora dos ativos e passivos e agente operador do FIES, além de agente financeiro responsável pela concessão de financiamentos aos estudantes. Têm direito ao financiamento os estudantes aprovados pelas Comissões Permanentes de Seleção, cujas inscrições se deram conforme cronograma divulgado pelo MEC. Os recursos do FIES são oriundos de dotação orçamentária do MEC, retorno de financiamentos e recursos de loterias não utilizados pelo antigo Programa de Crédito Educativo – PCE (Diretoria de Transferência de Benefícios - DIBEN). Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL (<http://portal.mec.gov.br/sesu>).

Estado”. A este cabe atender, nas palavras de Bauman (2000, p. 45), não o cidadão, mas o indivíduo:

Políticas Públicas para o setor de educação: O Plano Nacional de Educação

Diante do que se observa, as condições que chegam as massas de estudantes no terceiro grau no setor privado de educação, são, na sua grande maioria, bastante precárias. As dificuldades se estendem por todos os níveis de ensino-aprendizado, sendo os mais comuns de serem vistos são os relacionados à compreensão e produção de textos, raciocínio lógico, conhecimentos gerais. O Estado se esquia, estando sempre pronto a apresentar estatísticas positivas ou escamotear dados que comprovem a falência do ensino público, que se reflete claramente nesse público que chega às IES. Os planos e metas existem, é bem verdade, no entanto, o que se observa é que estão longe de serem cumpridos.

De acordo com dados recolhidos pelo Sindicato dos Professores do Ensino Superior (Simpro) de Campinas a partir do seminário “O PNE e os desafios da luta em defesa da escola pública”, em abril de 2011, em São Paulo, após dez anos de existência do Plano Nacional de Educação em vigor, poucos avanços puderam ser notados, pois “apenas um terço das metas decenais foi cumprido e o PNE não serviu de base para as políticas governamentais das últimas gestões”. No que se refere às metas para o Ensino Superior, os números são ainda piores: “apenas 13,6% dos jovens estão matriculados. Este percentual é de apenas 7,7% entre os negros e a maioria das vagas está concentrada nas regiões sul e sudeste e nas escolas particulares”.

Para especialistas, a meta proposta pelo governo federal para os próximos 12 anos provavelmente não será cumprida. O que é mais assustador, o governo federal está cada vez mais deixando nas mãos do setor privado a responsabilidade com a educação, ao mesmo tempo em que há uma demanda dos jovens pelo ensino profissionalizante, demanda esta não atendida pelo Estado (Jornal Simpro - Campinas, 2011, p. 4).

Segundo Luis Carlos de Freitas, professor da Faculdade de Educação da Unicamp, “estamos diante de uma agressão brutal ao ensino público, pelo que o projeto do novo PNE diz e também pelo que não diz, que permitirá mudanças significativas na educação pública no âmbito dos municípios e estados”. A fraca reflexão e debate por parte da população e dos meios acadêmicos em relação ao avanço crescente das

instituições privadas de ensino superior mostram o pouco comprometimento que há ainda por parte da sociedade com relação ao tema da educação. A privatização do ensino brasileiro, em todos os níveis, mostra o descaso e a falta de compromisso do Estado para com as políticas públicas, cada vez mais afastadas no que se refere à capacitação de professores, concretização da infraestrutura necessária, investimento em capital humano, implantação de medidas reais para as necessidades do país. Para Lisete Arelaro, Diretora da Faculdade de Educação da USP, “nos surpreendeu também a pouca exigência em relação ao ensino privado superior. A mercantilização está entre nós; já há uma naturalização do processo da educação como mercadoria” (Jornal do Sinpro - Campinas, op. cit., p. 4)

Impossibilitados de entrar em boas faculdades devido ao ensino público básico e médio medíocre, só resta aos alunos recorrer ao FIES, que acaba financiando a manutenção de IES de baixa qualidade. Quem lucra com isso são os empresários do Ensino. Só eles. Naturalmente que quando se discute qualidade do ensino, a abordagem dos IES tem que ser levada em conta no seu contexto.

A crescente privatização do Ensino Superior

O Contexto das IES

De acordo com COUTO (2011), a privatização do ensino superior, principalmente pelas IES periféricas⁷, busca seu público através do chamariz da facilidade econômica, na maioria das vezes, transformando o ensino em verdadeira mercadoria. A qualidade a ser ofertada é colocada em segundo plano na hora de escolher a instituição pelos alunos de baixa renda.

A aplicação da burocracia para uma maior estrutura de controle foi amplamente discutida por Weber⁸ e grande burocracia que conduz as ações dessas instituições limita a liberdade do professor em termos de formato de avaliação, período e quantidade de

⁷ IES periférica implica o tipo de instituição e o lugar relativo que ocupa no campo da Educação Superior. Nomenclatura utilizada por Britto (2008) para denominar as instituições IES periférica implica o tipo de instituição e o lugar relativo que ocupa no campo da Educação Superior. Nomenclatura utilizada por Britto para denominar as instituições com as seguintes características: a) Tem finalidade estrita de formação / qualificação de mão de obra; b) Apresenta organização e ocupação do espaço e do tempo em que se privilegia espaço/tempo aula; c) Formas de administração e financiamento; d) Formas de relacionamento com o mercado e com a sociedade; e) Tipo de público a que assiste; f) Relação com centros irradiadores de conhecimento e exercício de poder (GOMES, 2009).

⁸ Cf. Weber 1971; 1986; 2007 e Bauman (2000).

avaliações, exercícios institucionais, provas institucionais, preenchimentos de fichas, atividades complementares, Estudos Disciplinares, treinamento para ENADE. A cada semestre, são perdidas horas preciosas no preenchimento de uma papelada infinita e sem sentido, tempo esse que poderia ser gasto com atividades intelectuais, leitura, textos, enfim, com alguma atividade que proporcionasse algum conteúdo sobressalente ao já mirrado universo dos alunos.

De acordo com Bourdieu (1999),

A rigidez das instituições burocráticas é tal que, a despeito de Max Weber, estas não podem funcionar, mais ou menos, a não ser graças à iniciativa, à inventividade, até mesmo ao carisma dos funcionários menos prisioneiros em sua função. A burocracia condenar-se-ia à paralisia, se ficasse entregue exclusivamente à sua lógica, a saber: a das divisões administrativas que reproduzem na base as divisões das autoridades centrais em ministérios separados, impedindo ao mesmo tempo qualquer ação eficaz, isto é, global, a dos dossiês que devem ser “transmitidos incessantemente”, a das categorias burocráticas que definem o burocraticamente pensável (“isto não está previsto”); e a das comissões onde vão se acumulando atitudes de prudência, censuras e controles (p. 227).

Diante da realidade da crescente privatização do ensino do terceiro grau e, em muitos casos, os vários problemas de conteúdo e qualidade que têm sido observados - basta ver as estatísticas acerca das avaliações dessas instituições feitas periodicamente pelo MEC - alguns setores comprometidos com o ensino público, gratuito e de qualidade têm se manifestado.

Enquanto isso, o governo apresenta algumas tentativas de apresentar um quadro menos desabonador. Claro que está atento aos dados, o que faltam são as ações. Alguns passos são dados: ENEM, ENADE. Os IES, preocupados com os resultados do ENADE e o que isso pode acarretar a eles - resultados desastrosos nesse exame podem por abaixo uma série de conquistas, como uma avalanche de alunos pagantes em diversos cursos, cortes do governo para as bolsas, entre outros. Assim, os IES se movimentam para “melhorar” o desempenho dos alunos prestantes dos exames: cursos voltados para treinamento de interpretação de textos, aulas extras, exercícios complementares, atividades complementares, tudo aos moldes dos exercícios pedidos no ENADE. Uma tentativa desesperada para que os alunos entendam, no espaço de poucas semanas, interpretar textos, charges, quadrinhos, tabelas, diagramas... Resultados? Algumas IES

até conseguem, pois a mobilização em torno de resultados positivos é grande. O que dizem os dados:

“Entre as 699 Instituições de ensino superior (IES) que obtiveram resultado insatisfatório no Índice Geral de Cursos (IGC) de 2009, 93% são privadas. Os dados foram divulgados no dia 13 de janeiro, pelo Ministério da Educação (MEC). O indicador mede a qualidade da faculdade, centro universitário ou universidade a partir da qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, em uma escala de um a cinco. Os resultados 1 e 2 são considerados insatisfatórios, 3 razoável e 4 e 5 bons. Entre as 12 instituições com IGC 1 (...) duas são públicas (...). No grupo de instituições de ensino superior com IGC 2, 644 são particulares e 43 públicas - sendo uma delas federal (...). Mais de duas mil instituições de ensino superior foram avaliadas em 2009 pelo MEC. A maior parte (52,7%) das instituições obteve conceito 3, considerado razoável. Apenas 25 das universidades podem ser consideradas de excelência, com IGC 5 - 1,39% do total. As instituições de ensino superior com IGC 4, também considerado insatisfatório, representam apenas 6,92%. As 12 faculdades com nota 1 representam 0,67% do total avaliado e as com nota 2, 38,32%”.

(Fonte: Correio do Estado, cit. por Jornal do Sinpro, Campinas, março de 2011, p. 3)

A grande citação é necessária aqui para mostrar como os dados vêm a público para dar uma explicação sobre a situação do ensino superior privado brasileiro: o governo está atento ao que anda acontecendo e à qualidade. Para isso, é preciso mostrar também que o governo se preocupa com a qualidade do professor no ensino superior, por isso tenta realocar, através da exigência de mestres e doutores, o grande contingente dessas duas categorias que saem das universidades todos os anos e não encontram postos em docência e pesquisa em instituições públicas.

11

“Censo do MEC mostra perfil do professor no ensino superior privado. Em 2009, o Brasil registrou 2.314 Instituições de Ensino Superior (IES), com um número médio de alunos por professor de 17,4. É o que mostram os dados do Censo da Educação Superior de 2009, divulgado no dia 13 de janeiro, pelo Ministério da Educação (MEC). Nas universidades públicas, a média é de 12,39 graduandos para cada docente, enquanto no setor privado essa relação é superior a 20. Do total de IES, 89,4% são privadas e 10,6% públicas. Esse total é de 2% superior ao verificado em 2008. O crescimento foi maior no setor público (3,8%) do que no setor privado (2,6%). Há um total de 307 mil professores no ensino superior do país, sendo 36% mestres e 27% doutores. A proporção de mestres e doutores no corpo docente das instituições é maior entre as públicas (75%) do que entre as privadas (55%). Nas IES públicas, quase metade dos professores (48%) é formada por doutores; nas particulares, a maior concentração é de mestres (41%). O professor da instituição privada é em geral jovem, com média de 34 anos, com estrado e recebe por hora/aula. Já o docente da universidade pública tem em média 44 anos, é doutor e o regime de trabalho é em período integral. Nos dois setores, o sexo predominante é o masculino.

Uma pergunta inquieta: se há a exigência de certa porcentagem de mestres e doutores em IES, por que então o nível de qualidade dos cursos não é tão bom quanto o

ensino superior público? Eis a grande questão. O problema não estaria tanto na qualidade do corpo docente, mas em algum outro aspecto da questão. De nada adianta professores mestres e doutores discursarem sobre conhecimento diante de um público que não recebeu da escola o básico que deveria dominar para ingressar no mundo universitário. Vamos continuar com os dados oficiais, pois pelo menos já passaram pelo crivo da estatística:

‘Resultado insatisfatório’. Das 2.137 IES avaliadas em 2009 pelo MEC, quase 40% obtiveram resultados insatisfatórios, de acordo com o Índice Geral de Curso (IGC), divulgados nesta quinta-feira junto com o Censo. O indicador avalia uma faculdade, centro universitário ou universidade a partir da qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação, em uma escala de 1 a 5. Os resultados 1 e 2 são considerados insatisfatórios; 3, razoável; 4 e 5, bons. Do total das instituições avaliadas, 12 obtiveram nota 1, a menor possível. Elas já estão submetidas a um processo de supervisão. Assim que tiver início o semestre letivo, as instituições serão visitadas por comissões de avaliadores do MEC e podem ser descredenciadas ou assinar termos de compromisso para sanar as deficiências encontradas. As 12 faculdades com nota 1 representam 0,67% do total avaliado e as que receberam nota 2, 38,32%.

(...)

A maior parte (52%) das IES avaliadas obteve conceito 3, considerado razoável. Apenas 25 universidades podem ser consideradas de excelência, com nota 5 - 1,39% do total avaliado. As IES com nota 4, também desempenho considerado satisfatório, representam apenas 6,92%.

Há ainda 344 IES sem conceito, que representam 16,1% do total. Um estabelecimento de ensino fica sem conceito quando a amostra de alunos ou cursos participantes das avaliações que compõem o IGC é considerada insuficiente.

Fonte: Contee/Agência Brasil, citado por Jornal do Simpro, março de 2011, p. 03.

O que dizer se, segundo o ministro da educação, os resultados mostrados são satisfatórios? Por que na educação desempenhos “satisfatórios” - notas 3 - são considerados como um número também satisfatório?

Em determinadas áreas, o nível aceito tem que ser o excelente. A educação, que, pressupõe-se, deveria ser a base de tudo, admite um quadro geral de desempenho “satisfatório”, quando sabemos que nessa situação uma nota 3 não tem nada de “satisfatório” - guardando deficiências e abrigando alunos com um nível de desempenho que muitas vezes não atingiriam e nível 1 em uma escala séria de aferição.

Os cursos de jornalismo diante desse cenário

O que se tem observado a respeito de alguns cursos de jornalismo de cursos privados é a marca comum de um grande despreparo de conteúdo cultural/intelectual/reflexivo. O baixo índice de leitura constatado entre esses alunos faz

com que muitas vezes façam leituras equivocadas diante de temas que são levados a eles a partir do contexto nacional e internacional. Conhecimentos gerais acerca da atual situação geopolítica, de conflitos externos que são observados no cotidiano, surgem nas discussões da sala de aula totalmente descontextualizados e são raros os que conseguem levar a cabo uma discussão ou uma leitura crítica de temas sócio-políticos atuais, sejam esses tópicos nacionais ou internacionais. O senso comum impera.

Há uma resistência enorme na busca de informações além da internet, o principal, quando não o único instrumento de pesquisa a que se dispõe a coletar é via “Google, principalmente através da Wikipédia. Poucos vão além. Rebatem as críticas a esse método e às orientações de como pesquisar fora da internet, ir até a biblioteca, alegando que os livros estão na internet e que é mais fácil ir até lá. Têm uma enorme dificuldade em frequentar a biblioteca, buscar pelos livros, fazer uma pesquisa nesse material, ler, resumir, refletir sobre o que estão lendo e escrever sobre o assunto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

13

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BOURDIEU, P. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, P. Uma missão impossível. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRITTO, L. P. L. et al. Conhecimento e Formação nas IES Periféricas. Perfil do Aluno novo da Educação Superior. **Avaliação**, Campinas, v.13, n. 3, 2008.

CARNEIRO, V. *Os (des) caminhos dos cursos técnicos no Brasil*, 2004, mimeo.

COHN, G. **Weber**. São Paulo: Ática, 1986.

COUTO, A. T. Políticas públicas para comunicação: o estudante de jornalismo diante do cenário das mídias alternativas. **Rev. Alterjor - Jornalismo Popular e Alternativo**. Ano 01, vol. 02, N. 02, julho-dezembro 2010.

COUTO, A. T. O Estudante de Jornalismo de Instituições de Ensino Superior frente à Ação do Privilégio Cultural. **Rev. Alterjor**. Jornalismo Popular e Alternativo. Ano 02, vol. 01, N. 03, jan-jun 2011.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, M. V. Sobre as formas de estudar e aprender do aluno prouni: Perspectivas intelectuais e investimentos na formação cultural geral. **Anais do 17º COLE - Congresso de Leitura**. Campinas, 20 a 24 de julho de 2009.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

14

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, M. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: Cohn, Gabriel. **Weber**. São Paulo, Ática, 1986.

WEBER, M. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2007.

Carta na Escala. *O gargalo do Ensino Superior brasileiro*. Ed. Confiança, abril de 2011, p.10-13.

Jornal do Simpro, Sindicato dos Professores do Ensino Superior, Campinas. *PNE transfere para instituições privadas obrigação do Estado garantir direito à educação*, maio de 2011, p 3.